

ANO XXII N. 88 22/5/2024

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

#### [Portaria GP n. 300, de 20 de maio de 2024](#)

Autoriza, de forma excepcional, a prorrogação, até o dia 5/8/2024, do prazo para posse dos candidatos nomeados que comprovem residência no Estado do Rio Grande do Sul (DEJT/TRT3 Cad. Adm. 21/5/2024, p. 3)

### CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

#### [Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 29, de 18 de maio de 2023\\* \(republicação\)](#)

Institui o Comitê de Segurança Institucional do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 21/5/2024, p. 1-2) \*Republicado nos termos do art. 2º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP N. 35/2024.

#### [Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 35, de 21 de maio de 2024](#)

Altera o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 29/2023.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 21/5/2024, p. 2)

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

#### [Lei n. 14.755, de 15 de dezembro de 2023](#)

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 4)

#### [Lei n. 14.770, de 22 de dezembro de 2023](#)

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 4)

#### [Lei n. 14.857, de 21 de maio de 2024](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 7)

#### [Portaria MPS n. 1.394, de 8 de maio de 2024](#)

Altera a Portaria MTP nº 389, de 23 de fevereiro de 2022, que cria o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do INSS nos Municípios em Situação de Calamidade Pública e estabelece medidas a serem adotadas para amparo aos trabalhadores e beneficiários do INSS atingidos, em casos de calamidade pública reconhecida por ato do Poder Executivo federal.

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 214)

#### [Portaria MTE n. 783, de 21 de maio de 2024](#)

Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados no município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, alcançado por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 243)

#### [Resolução CCFGTS n. 1.088, de 21 de maio de 2024](#)

Aprova medidas de suspensão do retorno de parcelas mensais das operações de crédito contratadas pelas instituições financeiras com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e saúde.

(DOU 22/5/2024, Seção 1, p. 243)